

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
RELATO DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

**Data:** 31 de março de 2022

**Horário:** 14h30

**Local:** Reunião realizada por videoconferência, em virtude do Decreto Distrital nº 40.546, de 20 de março de 2020.

**Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT**

**Secretaria de Meio Ambiente – SEMA**

- MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, PRESIDENTE DA CT

- ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO

**Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI**

- JOELMA GUEDES

**Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB**

- BRUNO TERRA

**Associação do Mercado Imobiliário – ADEMI**

- RAFAEL MORAES

- ANA DE PAULA

**Federação das Indústrias do DF – FIBRA**

- OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN

**Universidade de Brasília**

- SAULO RODRIGUES

**Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA**

- CLAUDIO ODILON DA COSTA SILVA

Consultor convidado: JOSÉ MIGUEZ

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram também: CAROLINA CARVALHO, CHARLES DAYLER, ANDRÉ SOUZA, HUGO DO VALLE MENDES, JULIO CESAR BAENA, MARICLEIDE MAIA, HIAGO FARECO E UGO ANDREAZZI.

### **1. Abertura da reunião.**

A Presidente da Câmara Técnica deu início à 13ª Reunião Ordinária, agradecendo pela presença de todos e sugeriu a possibilidade de uma reunião presencial no mês de abril dado o contexto de controle da pandemia de COVID-19.

### **2. Aprovação do Registro da Reunião Anterior**

Dando sequência ao primeiro item de pauta, “Aprovação do Registro da Reunião Anterior”, solicitou a Hugo Mendes que fizesse breve apresentação do documento elaborado. Ao final da exposição houve manifestação do Sr. Saulo Rodrigues no sentido de que não havia mencionado a necessidade de que fossem conduzidos novos diagnósticos pois as informações disponíveis no Plano de Adaptação do GDF já seriam

suficientes para iniciar uma fase de coordenação de atividades e de implementação de iniciativas-modelo.

Não tendo havido outras manifestações para alteração do Registro da 12ª Reunião Ordinária, a Presidente da Câmara Técnica deu por aprovado o item 1 da pauta, passando ao item seguinte.

### **3. Atualização das iniciativas setoriais desenvolvidas pela SEMA-DF em matéria de mudança do clima.**

Iniciou sua fala mencionando o sistema internacional para enfrentamento da mudança global do clima ancorado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), criado em 1992. Em seguida apontou a entrada em vigor de seus instrumentos: Protocolo de Quioto (1997) e Acordo de Paris (2015), lembrando o movimento de diminuição da diferenciação entre as Partes, o que vem acontecendo no decorrer dos últimos 10 anos.

Citou que, embora apenas estados-nação sejam Partes do Acordo de Paris, diversas coalizões subnacionais estão sendo organizadas para coordenar sua contribuição ao enfrentamento da mudança do clima.

Ao longo desse processo, o GDF tem buscado se antecipar em relação aos demais entes subnacionais no que se refere aos ajustes e elaboração de rotinas de trabalho necessárias sua incorporação ao contexto do Acordo de Paris. Em seguida, apresentou as iniciativas já desenvolvidas pela SEMA-DF que sustentam esse direcionamento:

- Atualização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (2005-2018);
- Elaboração do Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Elaboração do Plano de Adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima;
- Elaboração da Contribuição Distritalmente Determinada;
- Elaboração de Planos Setoriais; e
- Elaboração do sistema de Mensuração, Reporte e Verificação (MRV).

Nesse momento, solicitou ao consultor José Miguez que explicasse brevemente o sistema de MRV.

O Sr. José Miguez, consultor contratado para elaboração do sistema de MRV, informou que se trata de um sistema de planilhas, cuja entrada de dados anuais, que representam níveis de diferentes atividades econômicas, permitirá o acompanhamento sobre como o DF está caminhando ao longo da implementação de sua CDD. Neste primeiro momento, foi abordado o setor energia, composto basicamente pela queima de combustíveis fósseis para transporte rodoviário (veículos leves, ônibus e caminhões), aviação doméstica e industrial (consumo de combustíveis fósseis utilizados no processo produtivo).

Bruno Terra, representante da SEMOB questionou se haveria distinção entre as emissões da frota pública e da frota privada, pois isso poderia apoiar a Secretaria de Mobilidade na definição de políticas públicas para o enfrentamento da mudança do clima.

O Sr. José Miguez respondeu que o Inventário não faz tal distinção, uma vez que considera toda a emissão de transporte rodoviário de forma agregada.

Bruno reforçou a importância dessa informação e apresentou como exemplo a possibilidade de adoção de um percentual obrigatório de ônibus abastecidos com biodiesel quando da renovação da frota por licitação pública.

O Sr. Saulo Rodrigues pontuou a necessidade de se adotar ações na agenda de adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima, uma vez que seus benefícios podem ser transversais. Mencionou o uso irracional da água do Descoberto, transportada por caminhões pipa para a lavagem de veículos em postos de gasolina quando seria possível armazenar a água da chuva para fins menos nobres. Mencionou, inclusive, que nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo já existem legislações que obrigam que a lavagem de automóveis, em postos de gasolina, seja feita com água da chuva.

O Sr. Bruno Terra solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de eletrificação da frota de veículos como alternativa para a diminuição das emissões de GEE.

O Sr. José Miguez explicou que o uso de veículos puramente elétricos pressiona a rede do sistema interligado nacional ao aumentar a demanda, principalmente no horário de pico, ocasionando o despacho de térmicas a gás, liberando GEE para a atmosfera. Ainda, o aumento da demanda diminui a reservação de água para outras finalidades. Nesse sentido, seria melhor contar com veículos híbridos, movidos a biocombustíveis.

A Presidente da Câmara Técnica retomou a palavra para apresentar as iniciativas que estão sendo preparadas pela SEMA-DF:

- Termo de Referência já elaborado em articulação com a SEMOB para apoiar na elaboração do respectivo Plano Setorial;
- Termo de Referência em elaboração com a SEAGRI para apoiar na reestruturação do Grupo Gestor Distrital, revisão do Plano ABC do DF e identificação de linhas de financiamento;
- Termo de Referência já elaborado para realização de um conjunto de capacitações em mudança do clima para diferentes públicos-alvo no Distrito Federal;
- Termo de Referência já elaborado para revisão e aprimoramento do arcabouço normativo do DF sobre Mudança do Clima;
- Elaboração do Sistema de MRV, em execução;
- Termo de Referência em elaboração com o CDS/UnB, para planejamento de intervenções no território do DF;
- Termo de Referência em elaboração com o CDS/UnB, para realização de processos participativos para mapeamento da percepção de risco associada à mudança do clima; e
- Termo de Referência em elaboração com o CDS/UnB, para planejamento de medidas baseadas na natureza.

O Sr. Saulo Rodrigues reforçou a importância e a relevância das iniciativas que estão sendo elaboradas, na agenda de adaptação, por proporcionarem redução das vulnerabilidades relacionadas aos aspectos fisiográficos do Distrito Federal. Salientou o duplo benefício que medidas de enfrentamento da mudança do clima podem agregar à gestão de recursos hídricos no DF: (i) a redução do escoamento superficial (*runoff*); e (ii) redução de demanda de água dos sistemas de abastecimento pelo uso de água da chuva.

O Sr. Cláudio Silva informou que a ADASA publicou recentemente Resolução sobre reúso de água e que poderia disponibilizar maiores informações posteriormente.

Finalizados os comentários e as informações referentes às iniciativas setoriais, a Presidente da Câmara Técnica passou ao item final da pauta, solicitando que o Sr. Hugo Mendes fizesse a apresentação das informações.

#### **4. Propostas para o Plano de Trabalho sobre medidas de enfrentamento aos efeitos adversos da mudança do clima.**

O Sr. Hugo Mendes informou que, para além das três intervenções sequenciais propostas ao final do Plano de Adaptação do DF, existem cerca de dez medidas não dependentes de obras de infraestrutura no território e que poderiam ser objeto de articulação e coordenação para desenvolvimento do fortalecimento institucional dos envolvidos na gestão de recursos hídricos do DF.

Reforçou que as medidas propostas não são exaustivas, tampouco obrigatórias, e que cabe aos representantes da CT-Clima a proposição de novas medidas para o estabelecimento que serão incorporadas em Acordos de Cooperação Técnica entre a SEMA-DF e os atores envolvidos em cada uma delas.

As medidas apresentadas durante a reunião foram:

1. Identificar e categorizar áreas de recargas de aquíferos pelo tipo de uso, grau de intensidade de uso por outorgas, vazão, produção e estado de conservação da vegetação nativa ou vegetações que permitam a manutenção dos mananciais. (SEMA, CAESB, ADASA);
2. Avaliar a atividade agrícola pelo tipo de irrigação que possui melhor adequação para a manutenção da recarga com atividades ecológicas. (SEMA, SEAGRI);
3. Criar mecanismos de proteção de áreas de recarga de aquíferos e nascentes (SEMA, CAESB, ADASA);
4. Reduzir as perdas por poços clandestinos ou canalizações inadequadas (SEMA, CAESB, ADASA);
5. Reduzir as perdas por mal-uso do solo em áreas sensíveis ou manejos inadequados da paisagem e do solo (SEMA, SEAGRI, SEDUH, ADASA);
6. Ampliar sistemas de acordo de alocação negociada (SEMA, ADASA);
7. Operacionalizar um manejo de paisagens integrado (SEMA, SEDUH);

8. Ampliar a oferta de água por novos reservatórios, como por exemplo no Rio São Bartolomeu (SEMA, CAESB);
9. Atualizar o mapa Defesa Civil, 2015 de áreas de risco para enchentes e inundações (SEMA, DEFESA CIVIL); e
10. Aprimorar a qualidade e abrangência de dados das estações pluviométricas em áreas de frequentes enchentes (SEMA, ADASA).

Apresentou ainda um modelo de ficha para desenvolvimento das informações necessárias para a elaboração dos Plano de Trabalho sobre Medidas de Adaptação e dos Acordos de Cooperação Técnica.

#### **4. Encaminhamentos**

A presidente da Câmara agradeceu pelos comentários de todos os participantes e perguntou se alguém mais gostaria de trazer contribuições. Sem resposta positiva. passou à definição de encaminhamentos:

1. Disponibilização da apresentação para os representantes do grupo; e
2. Recebimento de comentários às medidas inicialmente propostas assim como novas propostas de medidas para ações de adaptação que irão constituir o Plano de Trabalho sobre Medidas de Adaptação.

#### **5. Assuntos diversos.**

Sem mais manifestações, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

**MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA**

Secretária Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente  
Presidente da CT de Mudança do Clima